

O povoamento rural romano na vertente fluvial do Rio Ave, Noroeste de Portugal. Dinâmicas de estabelecimento sob o ponto de vista geo-espacial

Jorge Manuel Rocha de Araújo Pinho,
Mestre em Pré-História e Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

arqueox@gmail.com

RESUMO

O que propomos é a análise aos vários núcleos de habitat romano ao longo da bacia do baixo Ave, na faixa mais a litoral do Noroeste Peninsular, de acordo com as suas características geo-espaciais de implantação, assim como na óbvia simetria ocupacional demonstrada, onde as linhas de circulação fluvial, marítima e viária tiveram enorme preponderância para a prosperidade económica da região, numa área rica em termos agrícolas e minerais. Falamos da zona mais a Sudoeste do *Conventus BracaraAugustanus*, na província da *Tarraconensis*.

Palavras-Chave:

Romanização; Tipologia de ocupação rural; Vale do Ave, Análise geo-espacial

ABSTRACT

We propose to analyze the various Roman core habitat along the lower basin of the Ave river, in the strip over the northwestern Iberia coast, according to their geospatial deployment characteristics, as well as an obvious occupational symmetry, where traffic river, road and sea lines have a preponderance for the economic prosperity of the region, an area rich in agricultural and mineral resources. We are speaking of the area over the Southwest Conventus BracaraAugustanus, Tarraconensis province.

Keywords:

Romanization; Rural occupation typology; Ave river valley; geospatial analysis

RESUM

El que proposem és analitzar els diferents nuclis d'habitat romà al llarg de la conca baixa de l'Ave a la franja de la costa nord-occidental de la Iberia, d'acord a les seves característiques de desplegament geoespaciales, així com el treball demostrat simetria manifest, quan línies de flux del riu, el mar i la carretera va tenir preponderància per a la prosperitat econòmica de la regió, una zona rica en minerals i agrícoles. Parlem de més al sud, la província Occidental del Conventus Tarraconensis BracaraAugustanus..

Paraules Clau:

Romanització; Tipologia de l'ocupació rural; Vall Ave, anàlisi geo-espacial

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta-se na sequência da comunicação efectuada em inícios de Maio, no JIA 2010, encontro de Jovens Investigadores de Arqueologia que se realizou em Barcelona.

Por limitações óbvias de tempo, apenas se efectuou um resumo breve da área investigada e da problemática subjacente ao título desta comunicação. Esta provém do nosso trabalho de in-

Rebut: 1 septembre 2010; Acceptat: 1 decembre 2010

investigação, no âmbito da dissertação de mestrado, a qual abrangeu uma longa diacronia de ocupação, de todo o I^o milénio a.C. e as mudanças subjacentes que culminaram nos primeiros contactos exógenos com o mundo romano durante a viragem para a nossa era, numa área específica do Noroeste Peninsular (Vale do Ave/Distritos do Porto e Braga).

Para tal, utilizámos determinadas ferramentas de análise de campo, nomeadamente, a determinação das áreas de provável influência dos vários núcleos, compilação dos dados dispersos, tentando, nesta medida, a organização de acordo com a área de dispersão de vestígios, tipologia de materiais e prováveis relações entre os núcleos rurais que se foram formando e os anteriores povoados fortificados, assim como para com as vias romanas existentes na região e que ligavam as respectivas capitais a todo um universo rural, determinantes no desenho organizativo da ocupação rural de todo um território entre a Capital de *Conventus Bracara*

Augusta até Cale e *Tongobriga*, nas margens do Rio Douro.

Caracterizámos o povoamento romano do nosso território na sua forma plenamente estabelecida e já sob administração de Roma. Considerámos, para o efeito, que as formas do povoamento rural em muito contribuíram para a estabilidade e desenvolvimento do território em determinado período, detendo especial importância no processo de desenvolvimento urbano, como? Se tivermos em linha de conta que a exploração do território se fez a partir destas estruturas, decorrente da especialização económica, consoante as várias posições geo-morfológicas: a planície marítima e o vale.

LOCALIZAÇÃO E GEO-MORFOLOGIA DA ÁREA EM ESTUDO: VALE DO RIO AVE

O relevo do Douro Litoral (Fig. 1), a par da região minhota, desenvolve-se em forma de anfiteatro natural desde o oceano até à Serra dos

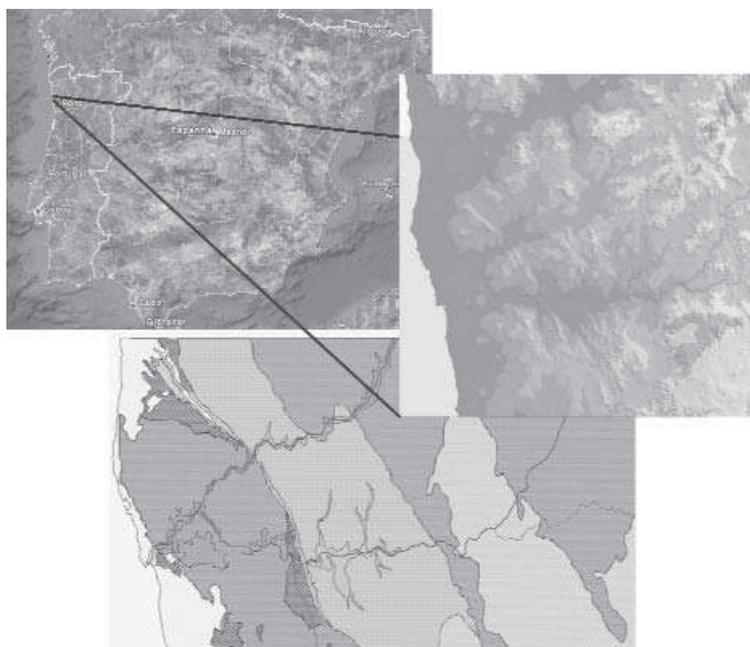


Figura. 1 – Localização da área de estudo e geomorfologia

Carvalhos nas imediações da Serra da Cabreira (DINIS, 1993: 10; RIBEIRO, 1998; MORAIS, 2005: 28). Trata-se, portanto, de uma zona de relevos fracos, com atravessamentos de linhas de água, na sua maioria pertencentes a afluentes do Rio Ave. A segunda, o Rio Este, ganha também alguma preponderância, cujo curso, muito sinuoso, se dirige de NE para SW (Ibidem).

Nestas áreas, encontramos entre uma mancha de xistos que corta o território Norte-Sul os granitos alcalinos, formando duas manchas principais: na região Sudoeste, constituindo o prolongamento para Norte do granito do Porto; e outra na região setentrional, entre o granito monzonítico porfiróide e o Silúrico (TEIXEIRA et al., 1965: 31).

Esta rocha, presente em quase todo o Entre-Douro-e-Minho tornar-se-á, na Idade do Ferro, a principal fonte de matéria-prima, em virtude da evolução da chamada cultura dos Castros, autênticas “civilizações da pedra” (ALMEIDA, 1983: 70).

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

As transformações operadas no Noroeste Peninsular a partir do século II a.C., trouxeram uma nova forma de estabelecimento, uma nova geografia ao mundo indígena.

É assente na comunidade arqueológica, que um dos marcos cronológicos mais importantes no quadro historiográfico do Noroeste Peninsular, dá-se entre 138/136 a.C, no momento da passagem, rumo aos terrenos sobre o Douro, de Décimo Júnio Bruto, Governador da *Hispânia Ulterior*.

A mutação social e organizativa do mundo indígena culmina com a reorganização do território por Augusto, aquando da criação das três capitais conventuais *Bracara Augusta*, *Lucus*

Augusti e Asturica Augusta, perfazendo um triângulo administrativo que, juntamente com as capitais regionais e de Civitates, perfilharam as mudanças definitivas no mundo organizacional indígena.

Esta reorganização do território provocará alterações fisionómicas da paisagem, incidindo fundamentalmente no aumento das áreas de cultivo e das rotas de comércio, bem como nas alterações arquitectónicas dos grandes *oppida* cabendo-nos aferir que neste período de contacto com os primeiros contingentes romanos se denota, arqueologicamente, um aumento das linhas de muralha, o aparecimento de elementos ao nível do simbolismo indicando alterações sociais, como as estátuas de *Guerreiro Galaico*, assim como indícios de um proto-urbanismo emergente e o registo mais insistente de cerâmica de importação proveniente das zonas meridionais.

Por outro lado, regista-se uma nova forma de estabelecimento, sem preocupações defensivas, mais próximas dos recursos a explorar, assim como das linhas de comércio naturais, precisamente a rede fluvial, planície marítima e rede viária.

A reorganização do território implementada por *Augusto*, parece ter incidido especialmente nas áreas e povoados indígenas mais desenvolvidos social e economicamente, denotando-se, dessa forma, uma aparente hierarquização do território indígena (SILVA, 1986; MARTINS, 1990; CARVALHO, 2008). De forma heterogénea, esta linha hierárquica terá beneficiado um conjunto de povoados que, à luz dos finais do Iº Milénio a.C., apresentavam um emergente desenvolvimento, quer nas relações de domínio perante outro conjunto de povoados e vias de comunicação, quer na centralidade territorial demonstrada, com exemplos claros na influência exercida na paisagem, nos elementos de ourivesaria existentes e nos materiais cerâ-

micos de importação aqui recolhidos (MARTINS, 1990). Entre estes materiais, encontra-se a cerâmica de proveniência Itálica, como os contentores anfóricos vinários, cerâmicas campanienses, lucernas, entre outros (FABIÃO, 1998: 184).

Os primeiros contactos com os contingentes romanos parecem ter provocado na fisionomia dos povoados alterações profundas. O contacto com o mundo clássico terá acelerado este desenvolvimento estrutural do mundo indígena, culminando com o domínio pleno e o progressivo abandono das anteriores formas de habitat em detrimento de outras.

Um novo estado ocupacional do território começa a ganhar forma, sendo a partir da passagem de *D. Júnio Bruto* que começam a ser mais visíveis mudanças físicas nos povoados.

Já anteriormente, o interesse demonstrado por Roma na *Hispania* associou-se a uma eventual ligação económica, face ao conhecido potencial da Península e das diversas zonas plenamente circunscritas, que demonstravam uma especial riqueza mineral (BLÁSQUEZ MARTINEZ, 1977; TRANOY, 1981). Esta aferição é corroborada pelos autores clássicos como *Estrabão*, *Plínio*, *Posidonius*, *Silius Italicus* e *Floro* (CARVALHO 2008: 81).

Estrabão (III) e *Plínio* (XXXIV, 47) referem, de forma precisa, que:

[“...a terra dos iberos estaria cheia de metais...” e “...que o ouro não estaria somente nas minas, mas também surge nas águas dos rios e nas torrentes...”] (ESTRABÃO, III)

[“...é sabido que o estanho é um produto da Lusitânia e da Galécia...”] (PLÍNIO, XXXIV,47).

A estruturação da paisagem romana encontra no mundo rural a base de apoio às idiosincra-

sias urbanas, precisando do campo para subsistir e desenvolver (PÉREZ LOSADA, 1998; 2002: 15). Tal como hoje, o fornecimento dos produtos que alimentam a *urbe* é proveniente do campo, estabelecendo-se um círculo dinâmico em movimentos centrípetos campo/cidade. A cidade funciona como uma força magnética que absorve toda a massa produtiva rural, daí as formas de estabelecimento se localizarem, preferencialmente, de forma circundante aos núcleos urbanos e/ou ao longo das vias de acesso a esses mesmos núcleos.

Tendo em consideração esta lógica, que subjaz à génese do povoamento romano no vale do Ave, torna-se possível o agrupamento em núcleos, consoante o perfil tipológico específico. Este quadro apresenta-se sob uma bipolarização conceptual, balizando-se entre o perfil urbano/rural e/ou agrupado – *ciudades*, *vici* e *Castella* – e o mundo rural e/ou disperso e individual – genericamente denominadas por *villae*, granjas e casais (PÉREZ LOSADA, 1998; 2002: 15). Neste grupo poderão enquadrar-se, igualmente, *as stationes*, *mutationes* e *mansiones*, que se associam à rede viária.

Ora, o quadro de sítios que estudamos mais em pormenor referem-se aos pertencentes ao povoamento disperso e/ou rural e individual, tendo sido possível aferir, através dos dados disponíveis (escavações, achados isolados e prospecções) um quadro de sítios heterogéneos, na tipologia e morfologia.

Neste particular utilizamos outros dados paralelos, disponíveis em vários estudos (GORGES, 1979: 271; POTTER, 1986: 147; MARTINS, 1990: 224; SALINAS de FRÍAS, 1992-93: 178; LEMOS, 1993: 409, 417; CARRERAS MONFORT, 1996: 99; DÍAZ de GARAYO, 1996: 29; ALARCÃO, 1998b: 92; PERESTRELO, 2002: 144-151; CARVALHO, 2008) e que nos deram, sem sombra de dúvida, uma outra perspectiva como se entende e com-

partimenta, de acordo com os materiais provenientes do campo, um determinado sítio.

Salvo todas as condicionantes específicas associadas a alterações pós-deposicionais, entendemos que esta seria a melhor forma de organizar um conjunto enorme de dados que se encontravam bastante dispersos em várias obras distintas.

CIVITATES E VILLAE – MODELOS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO MUNDO RURALO

modelo das *civitas* é o que melhor espelha a ideologia subjacente à romanização no nosso território. (Fig. 2) É uma mistura entre a *Urbs* (núcleos urbanos) – espaço de criação e desenvolvimento das ideologias – e o *Territorium* (mundo rural circundante aos núcleos urbanos) – espaço onde se localiza a massa produtiva (PÉREZ LOSADA, 2002: 15).

Para a área em estudo – a franja litoral e a ver-

tente do baixo Ave – a tipologia de assentamento perfila-se e insere-se no denominado mundo rural, estando subjacentes diversos estabelecimentos consubstanciados na sua maioria em meros achados ocasionais, onde se registam alguns elementos cerâmicos, que nos possibilitam inferir determinados pressupostos, assim como perceber que o grosso do povoamento rural procedeu-se consoante a disposição das vias terrestres e ao longo das vias de comunicação naturais, como os rios Ave e Este, e a franja marítima.

Estamos perante uma tipologia de povoamento de matriz agro-silvo-pastoril e mineira localizando-se essencialmente entre a *urbe Bracara Augusta* e a capital de *Civitas Cale* (Porto) e, com as devidas reservas, *Oculis* (Caldas de Vizela). Mais a Sul domina a capital de *Civitas Tongobriga* (Marco de Canaveses).

Então, de acordo com estes pressupostos, de-

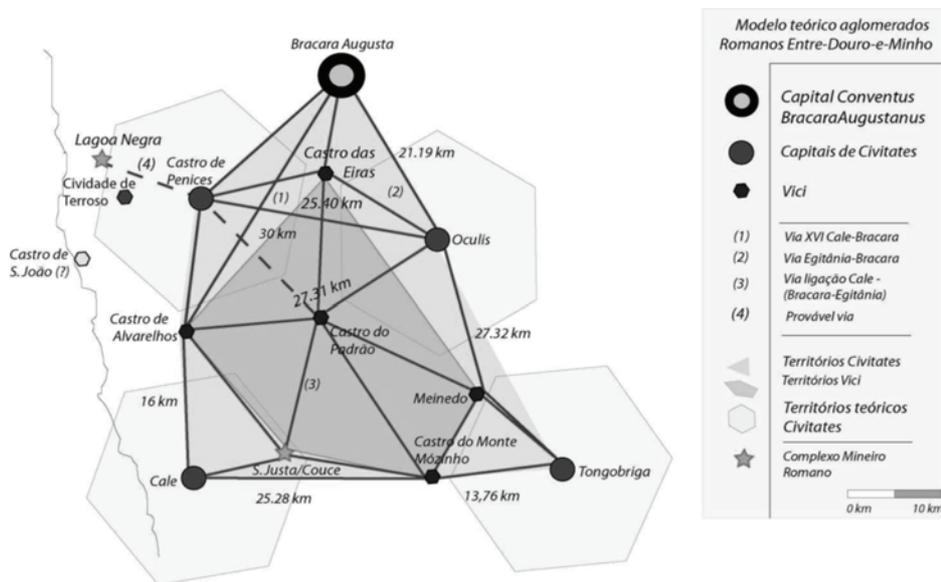


Figura 2.- Implantação das áreas das respectivas capitais, *Bracara Augusta*, *Cale* e *Tongobriga*, assim como alguns dos Vici conhecidos e outros prováveis.

terminamos agrupamentos de núcleos, tendo sempre como referência um importante povoado fortificado (Mapa 3). Desta forma, foi possível analisar alguns dos mesmos que apresentassem indícios de ocupação para além da linha cronológica do século I d.C.. De facto, todos os que ultrapassaram esta fronteira, apresentaram óbvias relações de cumplicidade para com as *villae* das imediações, entre outras especificidades, tais como achados isolados ou “*in situ*” de epigrafia, vias romanas muito próximas e uma linha de água principal, onde se pudesse efectuar um conveniente escoamento dos produtos e entrada de outros.

Por conseguinte, tivemos igualmente em consideração um conjunto de sítios que apresentassem uma tipologia de materiais nobres, nomeadamente mosaicos, epigrafia, e cerâmica fina (*Sigillata* principalmente), para além da mancha de dispersão dos mesmos. Assim, compartimentamos o território e as suas *Villae*, sabendo que as mesmas tiveram como papel a organização e a modelação estrutural da paisagem, de acordo com a metodologia preconizada e abordada em várias obras distintas (MARTINS, 1990: 224; SALINAS de FRÍAS, 1992-93: 178; LEMOS, 1993: 409, 417; ALARCÃO, 1998b: 92; PERESTRELO, 2002: 144-151; CARVALHO, 2008).

a) *Villae a mare* (5000/25000 m², com materiais nobres como *Sigillata*, mosaicos, elementos de epigrafia, tipologia de estruturas, entre outras): Villa Mendo, Alto de Martim Vaz e Caxinas (**Cividade de Terroso**).

Estes exemplos supra mencionados referem-se a localizações litorais, alvo de intervenções programadas de escavações e com exemplos claros ao nível da cultura material de contactos entre a ocupação romana e o paralelismo diacrónico ocupacional com alguns dos povoados fortificados existentes na zona, com especial exemplo para a Cividade de Terroso.

Ao nível estrutural todos eles apresentaram, para além de fragmentos de mosaicos (um dos indícios-directores preconizados por vários autores (ALARCÃO, 1998b) como um dos elementos caracterizadores da presença de uma *villae*), cerâmica fina (Fragmentos de *Sigillata Itálica e Hispânica*), surge também material associado a uma especialização económica, sendo particular a existência de estruturas de salga do peixe e produção do *garum*. Associados a estes, a presença de material anfórico é igualmente predominante, sendo as ânforas Haltern 70 caracterizadoras dessa realidade, assim como a presença de anzóis e grandes contentores de armazenamento (CARVALHO, 2008).

Todos eles localizam-se actualmente em pleno areal, tendo sofrido agressões antrópicas, apesar de alguns terem sido intervencionados.

O **Alto de Martim Vaz**, que se encontrava na Póvoa de Varzim, onde actualmente se implanta um parque de estacionamento, registaram-se diversos achados relacionados com o enquadramento económico marítimo referido anteriormente (neste local há referências e desenhos de campo que descrevem a existência em plenas rochas marítimas de tanques de salga e produção dos preparados piscícolas (GOMES, 1996; et al., 2005), ainda nos inícios do século XX).

Em **Vila Mendo** (GOMES, 1996; et al., 2005; ALMEIDA, 1998), encontrada aquando da escavação privada de uma campo masseira na freguesia da Estela, Póvoa de Varzim, implanta-se a cerca de 500 metros do mar, apesar de actualmente não serem visíveis quaisquer vestígios relacionados, apenas os consequentes da recolha efectuada aquando da escavação logo de seguida ao seu achado e onde se registaram vários níveis arenosos, assim como um muro de uma construção com cerca de 2,20

metros de altura, bem como os vários momentos de derrube.

Esta presunção é assumida perante algumas das *tegulae* que foram recolhidas inteiras sob vários outros níveis de areias. Para além deste achado, foram recolhidos diversos elementos cerâmicos de tipologia análoga às cerâmicas micáceas da Idade do Ferro, idênticas às que se registam na Cidade de Terroso e que se enquadram cronologicamente nos finais do I^o milénio a.C. / inícios da nossa Era. Os achados culminam com o registo de um tesouro em ouro (arrecadas, colar, fragmento de torques em ouro e prata) análogo aos achados também na Cidade de Terroso, Cidade de Bagunte e no Monte de S. Félix (povoado de tipologia B da Idade do Ferro e provável atalaia de apoio defensivo à Cidade de Terroso) (ALMEIDA, 1972: 33; PINHO, 2009: 54-55).

Neste particular, poderemos conjecturar uma aparente relação entre estes povoados litorais e a sua contemporaneidade para com a Cidade de Terroso, sendo crível o paralelismo cronológico e a consequente ocupação ter sido efectuada por indígenas, provenientes deste Castro.

(Fig. 3)

Ao nível da **ocupação rural de vale**, detectámos indícios que nos permitiram igualmente retirar da sua análise concreta algumas ilações:

b) **Villae de Vale**: Campos Pereira, Vila Boa e Rorigo Velho (Castro de Alvarelhos – Trofa); Devesa, S. Simão, Sobreiral, Monte dos Saltos (Castro do Padrão – Santo Tirso).

Quanto à ocupação de vale, consubstanciada neste conjunto de sítios acima descritos (Fig. 3), caracterizam-se por paralelismos ocupacionais que partilham a mesma génese, concretamente, o tipo de implantação, tipologia e cronologia de materiais (apesar de neste ponto termos apresentado na nossa dissertação algumas questões discutíveis sobre potenciais formas de ocupação do território, decorrentes da cronologia dos materiais disponíveis), assim como relações com o ambiente circundante (povoados indígenas e viação romana).

Assim, desta forma, podemos aferir que o povoamento rural de vale, tal como o nome indicia, implanta-se quase sempre em áreas privilegiadas, normalmente em locais de média

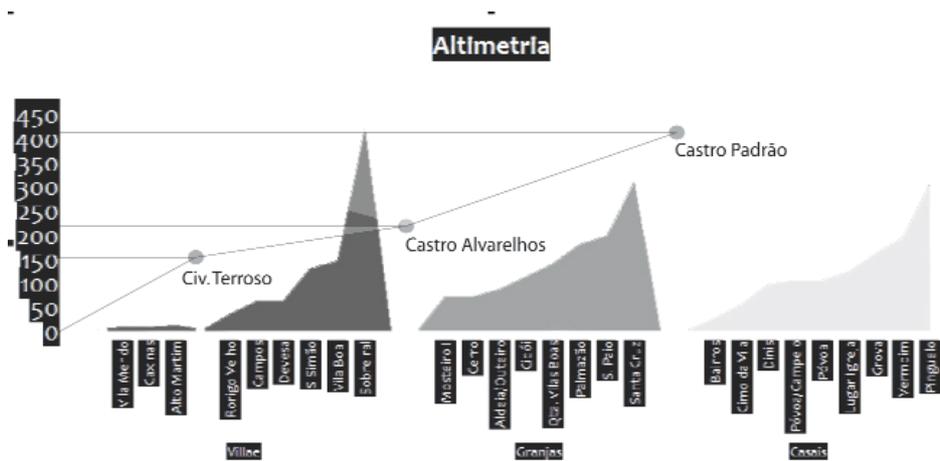


Figura 3. – Relação altimétrica entre os vários núcleos rurais romanos (Villae, Granjas e Casais) e os povoados fortificados associados.

altitude, em plataformas geológicas que possibilitam a visualização da linha fluvial principal (Rio Ave) em toda a sua extensão, neste caso, no sentido Este/Oeste (Montante/Jusante). São disto exemplos os sítios de Campos Pereira e Rorigo Velho para o núcleo que se associa ao Castro de Alvarelhos e Vila Boa. Esta *Villae* que se implanta numa plataforma dominante sobre o pequeno vale que corre em sentido Sul/Norte a Ribeira da Aldeia, é, de facto, um dos melhores exemplos da ocupação romana neste território, face aos seus enormes indícios epigráficos com referências insistentes a teónimos indígenas (SILVA, 1980: 79-90; MOREIRA, 1992; 2002; DINIS, 1993), pelos quais poderá ter sido a morada dos primeiros habitantes distintos que saíram do Castro de Alvarelhos e se implantaram nas terras contíguas.

De referir que todas estas *villae* se implantam fora da área de exploração dos 30 minutos de distância relativa ao seu local central. No Caso de Vila Boa, que ocupa os terrenos adjacentes à área de exploração do Castro de Alvarelhos, localiza-se acima dos 30 minutos de marcha, ou seja, fora da área de exploração intensiva em termos agrícolas, o que nos indicará a provável convivência (exploração simultânea) cronológica entre o Castro de Alvarelhos e esta *villa* num período que adivinhámos entre os século II d.C e o século V d.C. (PINHO, 2009).

Pela sua comprovada importância e associação com o exército de *Augusto* (pelo tesouro que foi registado em uma das várias fases de escavação (DINIS, 1993; MOREIRA, 2002), este sítios poderão ter beneficiado de uma centralidade exclusiva, assim como de uma importância administrativa fora do vulgar, comprovando-se a enormidade de indícios arqueológicos existentes nesta região, dos quais a *Via XVI (Cale-Bracara Augusta)* e seus militários (MANTAS, 1996) serão os seus principais exemplos.

Para além desta linha de água, outras *villae*

centraram o seu *dominium* em outras formações aquíferas, sendo óbvia a preferência pelos terrenos circundantes mais férteis, possibilitando o cultivo intensivo de culturas, o seu armazenamento e provável escoamento e venda. Esta possibilidade é visível nos sítios de (Devesa, S. Simão e Sobreiral) e a depressão do vale da Ribeira de Sanguinhedo, terrenos adjacentes ao Castro do Padrão no Monte Córdova.

De facto, a localização dos sítios obedece sempre ao “principio do transporte” (MARTINS; 1990), ou seja, beneficiando de condições favoráveis do ponto de vista da circulação dos excedentes. Podemos aferir que a rede viária fluvial e terrestre construída pelos romanos está de tal forma integrada na paisagem que se enquadra numa rede de movimentação entre as várias *Villae*, os vários *Vici* e em larga escala, com o abastecimento eficaz da Capital de *Conventus Bracara Augusta*.

Em termos cronológicos a maioria dos sítios apresenta indícios da fase final de ocupação, designadamente, através de vestígios de *Sigillata Clara D* e cerâmica de engobe vermelho de imitação de *Sigillata*, num universo entre os séculos III/V d.C..

Todavia, estamos em crer que o início de ocupação deste espaço se procedeu a partir do século II d.C., precisamente pelos indícios de ocupação visíveis quer na esfera circundante do Castro de Alvarelhos, quer no Castro do Padrão e que se conjugam para uma vivência posterior ao século II/III d.C.. Disso são exemplo os materiais recolhidos em outros locais, por nós integrados em outras categorias como as Granjas e pequenos Casais que se integravam no *Dominium* das *Villae* que temos vindo a discutir (PINHO, 2009). Desses locais, destacamos os sítios de Aldeia/Outeiro, Cerro, Santa Cruz e Dinis, onde foram registados, na sua maioria, fragmentos de *Sigillata Hispânica* e Cerâmica comum de engobe vermelho de imi-

tação de *Sigillata* (MOREIRA, 2002), o que nos faz crer que do universo diacrónico deste espaço, podemos aferir uma baliza entre o século II d.C. e o século V d.C.

ARTICULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Inferimos que estes três povoados indígenas terão exercido relativa influência no *Territorium* rural, sendo agentes modeladores da paisagem ao longo de uma longa diacronia.

É um facto que a administração romana terá aproveitado a antiga ocupação indígena para a implantação de redes comerciais, nomeadamente, através da construção da *Via XVI (Cale-Bracara Augusta)* (MANTAS, 1996), que assenta num provável corredor natural de passagem pré-romano (Fig. 4).

Geologicamente denotamos que as villae, tal como na ocupação indígena, procuraram estabelecer-se em terrenos graníticos em detri-

mento dos de xisto. Primeiro, pela potencialidade de recursos e sedimentos dos primeiros terrenos e segundo, pela ineficaz tecnologia, incapaz de modelar os terrenos de xisto.

De outra forma, cremos que a ocupação do território por parte romana estaria já estabelecida a litoral nos finais do século I a.C. e/ou inícios da nossa era e terá sido desse ponto que a restante ocupação se procedeu em direcção ao interior (PINHO, 2009).

As villae de vale terão surgido mais tardiamente como nos é indicado pelos vários indícios materiais, sempre a partir do século II d.C.. Esta presunção carece de outra base de sustentação, sendo obrigatórios outros dados provenientes de escavações, de modo a poderem ser aferidos todos estes pressupostos. Por outro lado, parece-nos que a administração de Roma terá preferido manter alguns dos antigos povo-

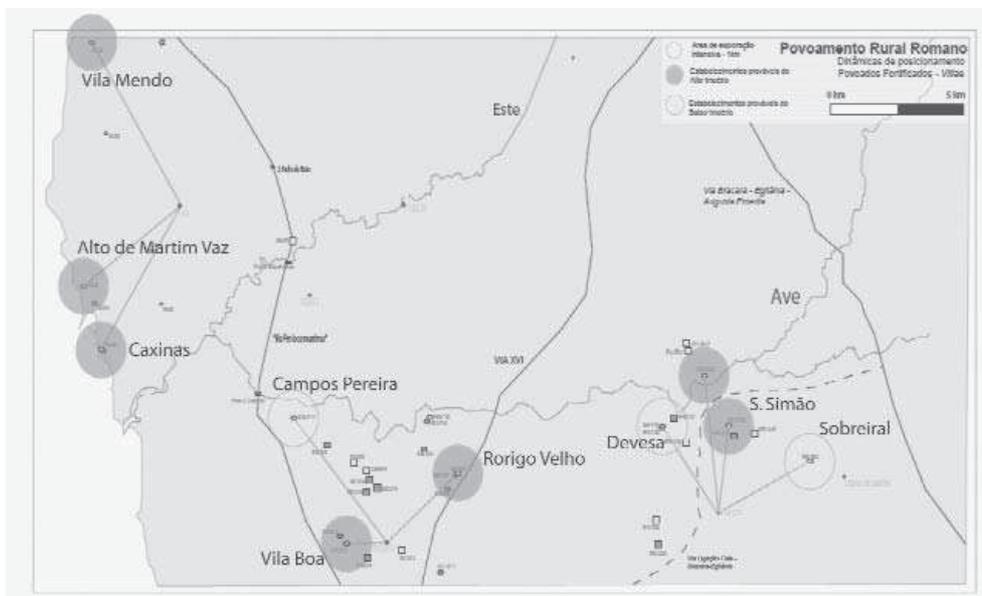


Figura 4. – Evidente relação entre os vários povoados fortificados, o povoamento rural romano (sendo os círculos a localização das Villae) e as várias rotas comerciais, as vias romanas (*Via XVI*, *Via "Per loca Maritima"* e *Via Bracara Augusta – Egitânia – Augusta Emerita*), a linha fluvial do Rio Ave e o Oceano Atlântico.

ados indígenas como agentes modeladores paisagísticos, contribuindo assim para um processo de conquista mais pacífico e aproveitando todo o conhecimento adquirido pelos autóctones ao longo de uma larga diacronia.

Os exemplos mais claros são os vários castros de Tipologia C (anteriormente denominados por Castros Agrícolas), localizados topograficamente em sítios mais baixos, mais perto das áreas de recursos agrícolas e perto das linhas de água e que terão, em alguns casos, perdurado até ao século III d.C.. Só mais tardiamente, o processo de ocupação de villae terá ocorrido e terá sido consequência da própria divisão do territorium em parcelas empreendido pela administração de Roma.

Outro exemplo claro de aproveitamento dos recursos indígenas no processo de ocupação foi a construção da rede viária que terá aproveitado antigos corredores de passagem pré-romanos (Fig. 4). É o caso das áreas adjacentes aos vários povoados indígenas como a Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), Castro de Alvarelhos (Trofa) e Castro do Padrão (Santo Tirso).

O que é certo é que a administração de Roma terá mantido o modelo de povoamento rural, não rompendo bruscamente com a mentalidade estabelecida, tendo sido a mudança feita gradualmente e, sobretudo, pela própria comunidade indígena que foi assimilando um processo de povoamento que lhes garantia segurança e melhores condições de vida. Da mesma forma que a mudança de mentalidade estaria já a ser implementada pela própria comunidade indígena, através dos vários exemplos de ocupação, visíveis nos vários Castros Agrícolas ou de Tipologia C, tal como preconizamos no nosso estudo (PINHO, 2009), ou seja, verificava-se já uma descida altimétrica do povoamento dos Castros principais para outros mais pequenos, mais perto das linhas de água e dos terrenos mais férteis.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de (1995-96) – As Civitates do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia. Série II*, 12-13, p. 25-30.

ALARCÃO, J. de (1998a) – *Três níveis de aglomerados populacionais romanos. O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV, 16, p. 175-186.

ALARCÃO, J. de (1998b) – *A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal*. Coimbra. XXXVII, p. 89-119.

ALMEIDA, C. A. B. de (1998) – Esposende. Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho. Esposende: Câmara Municipal de Esposende. *Boletim Cultural de Esposende*. N.º 20.

ALMEIDA, C. A. F. de (1972) – A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade. *Boletim Cultural. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim*. Vol XI, n.º 1, p. 5-34.

ALMEIDA, C. A. F. de (1983) – Cultura Castreja. Evolução e Problemática. *Arqueologia. Porto*, 8, p. 70-74.

BLAZQUEZ, J. M. (1977) – *La Romanización del N.O. de la Península Ibérica*. In *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*. Lugo, p. 65-81.

CARRERAS MONFORT, C. (1996) – Una nueva perspectiva para el estudio demográfico de la Hispania romana. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. LXII, p. 95-122.

CARVALHO, H. P. A. de (2008) – *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis. Dissertação de Doutoramento*. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Ciências Sociais. Vol. I e II. Texto

policopiado.

CARVALHO, P. C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitania)*. Fundão / Coimbra: Câmara Municipal do Fundão / Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DÍAZ DE GARAYO, E. P. (1996) – *Castilla en el tránsito de la antigüedad al feudalismo: poblamiento, poder político y estructura social del Arlanza al Douro (siglos VII – IX)*. Valladolid: Junta de Castilla y León / Consejería de Educacion y Cultura

DINIS, A. P. (1993) – *Ordenamento do território do Baixo Ave no Iº milénio a.C.. Dissertação de Mestrado em Arqueologia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

FABIÃO, C. (1998) – A Idade do Ferro no Norte de Portugal. In História de Portugal, dir. MEDINA, J.. Alfragide: Ediclube. Vol. II – *O Mundo Luso-Romano. A Idade do Ferro e a ocupação romana*. P. 95-110.

LEMONS, F. S. (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho*. Braga: Universidade do Minho. Volume I, II e III. Texto policopiado

MANTAS, V. (1996) *A rede viária da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, Dissertação de Doutoramento Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Texto policopiado.

MARTINS, M. (1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do médio Cávado*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Braga: Uni-

versidade do Minho. Texto policopiado.

MORAIS, R. M. L. de S. (2004) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no Período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho*. Braga: Universidade do Minho. I e II Parte. Texto policopiado.

MOREIRA, A. B. de (2002) – *Projecto de Estudo e Salvaguarda das Estações Arqueológicas do Monte Padrão e Castro de Alvarelos. Relatório Final*. Trabalho realizado no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos de 1998 (PNTA/98). Texto policopiado.

PERESTRELO, M. S. G. (2003) – *A Romanização na bacia do rio Côa. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico Vale do Côa*

PÉREZ LOSADA, F. (1998) – *Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano. O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV, 16, p. 157-174.

PÉREZ LOSADA, F. (2002) – Entre a cidade e a aldeia. Estudio arqueohistórico dos “aglomerados secundarios” romanos en Galicia. Coruña: Museu Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón. *Brigantium*, vol. 13.

PINHO, J. (2009) - *O Iº Milénio a.C. e o estabelecimento Rural Romano na vertente fluvial do Ave. Dinâmicas de Estabelecimento sob o ponto de vista geo-espacial*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa. Universidade de Lisboa. Texto policopiado.

POTTER, T. W. (1986) – *Programme de prospection en Etrurie Méridionale: reflexiones sur les méthodes et les techniques*. Documents

d'Archéologie Française. Paris. 3, p. 139-143.

RIBEIRO, O. (1998) – Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora. (7a ed. revista e ampliada).

SALINAS DE FRÍAS, M. (1992-93) – El poblamiento rural antiguo de la provincia de Salamanca: modelos e implicaciones históricas. In Actas de la Mesa Redonda Internacional. El medio rural en Lusitania romana: formas de habitat y ocupación del suelo. *Studia Historica / Historia Antigua*. X-XI.

SILVA, A.C.F. da (1980) – Novos dados sobre a organização social castreja. **Portugália**. Nova série 2-3, p. 83-94.

SILVA, A. C. F. da (1986) – A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

TRANOY, A. (1981) – *La Galice romaine*. Paris.

TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A. C. de; ASSUNÇÃO, C. T. de (1965) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000*. Notícia explicativa da Folha 9-A Póvoa de Varzim. Lisboa: Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos / Serviços Geológicos de Portugal.